

O currículo de História e as relações de gênero hierarquizadas

The curriculum of History and gender relations hierarchically

Ana Maria Colling*

Resumo: Se o currículo de História tem simplesmente reproduzido a sociedade, tem sido um reflexo das discriminações, desigualdades e preconceitos, também pode ser um espaço para mudanças. Perpassando as relações de poder no currículo de História, as relações de gênero, ou as relações de poder entre os sexos, aparecem com destaque. A invisibilidade do feminino é um fato detectado em qualquer manual de História. Pouco conhecemos das personagens reais que, juntamente com os homens, construíram a história brasileira. Como imagem ou representação, ela está sempre presente. Portanto, reconhecer os discursos e as práticas que nomearam ou silenciaram as mulheres é uma tarefa primeira. Incluir as mulheres no processo histórico e nos currículos de História não significa incluir a metade da humanidade somente, mas é um ato que afeta humanidade em seu conjunto.

Palavras-chave: currículo – gênero – relações de poder

Abstract: If the curriculum of History has just played a whole, has been a reflection of discrimination, inequality and prejudice, it can also be a room for change. Running along the power relations in the curriculum of history, gender relations or power relations between the sexes, are featured prominently. The invisibility of women is a fact found in any textbook on history. Little we know about the real characters who, along with men, built the Brazilian history. As image or representation, it is always present. To recognize the discourses and practices that have appointed or silenced women is a primary task. Include women in the historical process and curriculum of history does not mean to include only half of humanity, but it is an act that affects humanity as a whole.

Keywords: curriculum – gender – power relationships

* Doutora em História pela PUC/RS. Professora do Unilasalle. acolling@yahoo.com.br

A mulher na construção do Brasil

A invisibilidade da mulher na construção da sociedade brasileira é um fato detectado em qualquer manual que tenta contar nossa história dos primeiros tempos. Por uma questão biológica, se não fossem outras, ninguém pode negar a existência do sexo feminino, responsável pela reprodução de homens e mulheres. Mas por onde andava ele, afinal? A história do Brasil, como a dos povos ocidentais, é uma história masculina onde não sobrou espaço para mulheres. Como imagem ou representação, elas estão sempre presentes. É só recorrermos à literatura dos viajantes, que misturando o que aqui viram com o imaginário europeu, representaram a América através de uma mulher nua que em suas mãos segurava a cabeça de um homem. Mulher nua, como nua é a Índia, chamada América.

A certidão de nascimento do Brasil, de Pero Vaz de Caminha, nascimento da nação registrada, um documento que encanta pela riqueza de detalhes, faz inúmeras referências à beleza da Índia tupiniquim. O calvinista francês, Jean de Léry, mostrou o mesmo entusiasmo e encantamento 65 anos depois. Para ambos, a mulher europeia (até aí a única), carregada de enfeites e ornamentos, sentiria inveja da beleza natural da Índia brasileira. As naus que transportavam os argonautas, aqueles para quem navegar era mais importante que viver, eram constantemente vasculhadas à procura de mulheres “sospeitosas”, ameaças que poderiam perder corpos e almas. Quando encontradas eram abandonadas na primeira terra encontrada, numa marca de desprezo e desdém ao feminino.

Os religiosos que acompanhavam as aventuras da coroa portuguesa à procura de novas “almas” a serem catequizadas, depois da perda de fiéis para a reforma protestante, viam no combate às mulheres uma de suas principais missões, juntamente com o tratamento dos doentes, combate ao jogo, às blasfêmias e à leitura de livros profanos. Como vemos, a presença da mulher era constante, como representação ou como preocupação.

Entendo representação como os diferentes grupos culturais e sociais são apresentados nas diferentes formas de inscrição cultural, nos discursos e nas imagens pelos quais a cultura representa o mundo social. O consentimento do representado, reconhecer-se no discurso que o representa, faz parte do processo de representação.

Virginia Woolf, ao falar sobre *Profissões para Mulheres*, em um discurso de 1931, conta que a paz familiar não foi quebrada pelo arranhão de uma caneta, mas que se quisesse resenhar livros, precisaria travar uma batalha com um fantasma feminino que aparecia entre ela e o papel enquanto estava escrevendo. O fantasma era compassivo, encantador, abnegado e sacrificava-se diariamente. Era tão condescendente que nunca tinha uma ideia ou desejo próprio, e a pureza era considerada sua maior beleza. Ele incomodava tanto que foi preciso matá-lo: “tive que matá-lo senão ele teria me matado. Teria arrancado o coração de meu texto.” Ele demorou a morrer, ele era o *Anjo do Lar*. É mais difícil matar um fantasma que uma realidade. Matar o *Anjo da Casa* era parte das tarefas de uma

escritora. “Creio que ainda passará um longo tempo antes que uma mulher possa sentar para escrever um livro sem encontrar um fantasma para ser assassinado, uma rocha para ser golpeada” (WOOLF, 1996).

Esse conto de Virginia Woolf retrata a dificuldade das mulheres em ultrapassarem as barreiras do espaço privado, marcadas em sua identidade pela força da representação. Se os discursos estão localizados entre relações de poder que definem o que eles dizem e como dizem, quem fala pelo outro, quem o representa, controla as formas de falar do outro.

A representação produz sujeitos. Mas, para ser eficiente, precisa apagar as marcas de sua construção. Deve parecer natural e sempre dado, portanto, imutável. Se a história é uma construção teórica, na qual se fabricam heróis ou vilões, escondem-se ou ressaltam-se sujeitos, torna-se urgente uma cartografia que desenhe um novo mapa na orientação de uma história mais real, menos hierarquizada e estereotipada.

Durante o Brasil Colônia sabemos de muitas mulheres que tentaram invadir o espaço público: Ana Pimentel governou a capitania de São Vicente após seu marido, Martim Afonso, retornar a Portugal, em 1533, transformando-se na primeira mulher a ocupar cargo executivo no Brasil; D. Brites de Albuquerque, na ausência e após a morte do marido, Duarte Coelho, primeiro donatário da Capitania de Pernambuco e Alagoas, tornou-se ativa governadora, assim como Isabel de Lima, que administrava a capitania de Santo Amaro.

Muitas mulheres possuíam engenhos e recebiam sesmarias para administrar. Além de romperem a regra estabelecida para o mundo feminino, que as reduzia às paredes privadas do lar, foram esquecidas pela história. Algumas figuras emblemáticas permanecem, como sóror Joana Angélica, que deu a vida pela independência brasileira, opondo-se à entrada dos portugueses no Convento da Lapa, na Bahia; Maria Úrsula Lencastre, que transformou-se em mulher soldado, lutando sob o falso nome de Baltazar de Couto e a enfermeira Ana Néri, que participou como voluntária da Guerra do Paraguai. Também Anita Garibaldi, Princesa Isabel são personagens caricatas na nossa história. Mas a vida do conjunto das mulheres era muito diferente.

O papel designado à mulher resumia-se em ser boa esposa e excelente mãe. Seu fracasso nessa área marginalizava-a. A falta de filhos era problema exclusivo seu, a infecundidade jamais decorria do homem, o sexo potente, segundo Aristóteles. O prazer sexual era permitido somente às prostitutas, porque a paixão, segundo os ditames da época, poderia colocar em risco o santo casamento. As prostitutas, mulheres de “vida fácil”, podiam dançar, cantar e vestir roupas provocantes.

¹ A separação entre o espaço privado e o público, que transformou o último em espaço da política e do poder por excelência, sempre foi alvo das críticas feministas. Carole Pateman, trabalhando sobre a dicotomia entre os dois espaços, atesta que a separação público/privado se estabelece como uma divisão dentro da própria sociedade civil, expressando-se de diversas maneiras, denominando relações de poder entre os gêneros.

As mulheres sérias casavam-se cedo e tinham como missão trazer crianças ao mundo. Nada de decotes ousados, dedos dos pés à mostra, muito eróticos, perfume ou maquiagem. Era vaidade condenável tanto sorrir demais e mostrar dentes bonitos, como sorrir de menos para não mostrar dentes ruins. Somente ser casada não era suficiente: era necessário parecer casada, vestir-se, falar e portar-se como tal. Para isso, invocava-se sempre a sua “natureza”: pacata, dócil, emotiva, doente, sujeita naturalmente à dominação masculina.

As celibatárias, consideradas incapazes de arranjar marido, não eram bem-vistas pela sociedade, pois não geravam filhos e, por isso, eram tidas como melancólicas, mal-amadas, inúteis socialmente. Casadas ou solteiras, as mulheres eram enclausuradas no espaço doméstico, onde se transformavam em “anjos” e “rainhas do lar”.²

A vinda da família real, em 1808, transformou a paisagem e a vida da mulher brasileira. Costumes, modas e culturas foram transportados da metrópole para a colônia mais próspera. Para continuar usufruindo dos privilégios que possuía na Europa, a nobreza instalou aqui um ambiente europeu, dando um “banho de civilização” na colônia americana. A elite brasileira imaginava viver na Europa, ainda que cercada de escravos. A população branca era obesa, como consequência de sua inércia, porque o mundo do trabalho resumia-se ao mundo dos escravos.

Quando D. João VI desembarcou no Rio de Janeiro com suas malas e bagagens, a população o recebeu com entusiasmo, porque junto com ele desembarcava um novo estilo de vida: bailes, companhias francesas de comédia, teatro, concertos musicais e recitais. Novidades do “mundo civilizado” que passaram a conviver com a realidade colonial: insetos, pássaros e frutas desconhecidas. Mas, acima de tudo, o colorido da população colonial – brancos, índios, negros, pardos – marcava a diferença. Da corte partiam não somente os rumos da política, como também os hábitos de vestir, as modas literárias, as novas linguagens, os costumes de higiene e as novas regras de etiqueta. As mulheres brasileiras imitavam as damas da corte e passavam a ter uma vida social mais intensa, indo a bailes e teatros, além de missas e procissões. Caminhavam enrijecidas pelos espartilhos, os longos vestidos e grandes chapéus.

Os manuais de etiqueta que estabeleciam regras e modelos de sociabilidade de acordo com a civilização ocidental tornavam-se obra obrigatória entre a elite brasileira, porque era ela que distinguia os homens da corte do restante da multidão, descontando a cor da pele, é evidente. Paradigmático é *O código do bom-tom ou regras da civilidade e de bem viver*, publicado em Portugal em 1845, que deixava bem claro o lugar e o papel da mulher na sociedade. O homem devia distinguir-se pela sua fala inteligente e correta, a mulher por sua atitude modesta e silenciosa, evitando palavras difíceis. A ela o manual recomendava:

² Rousseau em sua obra “Emílio – da educação” inventa a figura de anjo e rainha do lar. Enclausuram as mulheres no espaço doméstico, retirando-lhes toda capacidade e autonomia e é surpreendentemente adorado por elas. É dessa construção literária e discursiva que falava Virginia Woolf.

Se se calarem, cala-te também. Se te divertires, não mostres senão uma alegria moderada; se estiveres aborrecida, dissimula e não dês a conhecer. Nunca por tua vontade prolongue a conversação. Aceita e come o que te oferecem e quando desejes outra coisa não o diga. Não ostentes em público as tuas prendas (ROQUETE, 1997, p. 150).

Esses guias de comportamento introduzem o uso da faca, do guardanapo e do palito. Dão conselhos sobre a evacuação diária e os banhos de 15 em 15 dias ou uma vez ao mês. Em relação às mulheres são profícuos os conselhos sobre como “não fazer” e “não dizer”. O *Código do bom-tom* lembra aos leitores que o consumo do vinho deve ser restritivo às mulheres, porque o sexo feminino aliado à bebida poderia extravasar-se. Para os homens 3 copos de vinho, para as mulheres com idade inferior aos 40 anos sugere-se que não bebam vinho algum. Tudo e todos referem-se à “natureza” da mulher singular, sensível de um lado, perigosa de outro. Existem homens, todos diferentes e frente a eles, esse tipo único, essa síntese, a Mulher. Analisar uma basta para conhecer todas. Nas mulheres tudo é natureza, e a ela as mulheres se reduzem.

Esses discursos todos, filosóficos, literários, de etiqueta produziram efeitos. Não foram palavras ao vento, sem importância, foram fundamentais na marcação da identidade feminina e na construção de sua subjetividade.

“O voto da Costéla”³

A criação dos direitos humanos que foram o suporte das constituições democráticas estabelecia o direito às liberdades civis e políticas: liberdade de religião, de consciência, de expressão, de associação, por um lado, e o direito de cidadania, por outro. O liberalismo reconheceu o direito político como universal, porém negou seu acesso ao mundo feminino.

Toda a formação política que acabou por transformar o Estado Moderno em um Estado de Direito iniciou sua configuração nos dois grandes eventos que introduziram o mundo no Estado Contemporâneo: a Independência Americana e a Revolução Francesa. Os revolucionários franceses esqueceram-se de chamar para a liberdade, igualdade e fraternidade as mulheres; isso correspondia a um sentimento generalizado sobre a inferioridade física e intelectual do sexo feminino.

Até o final do século XIX, afirmava-se seriamente que o cérebro das mulheres não estava adaptado a estudos superiores, o que serviu de pretexto para vetar o ensino às mulheres, que tiveram de batalhar arduamente para ter acesso a todas as carreiras de ensino e profissão. Exigia-se delas que desempenhassem bem suas funções de reprodutoras e de amparo afetivo na criação dos filhos. A ocupação de seu tempo ocioso deveria ser também em funções mecânicas como bordar,

³ Título de uma reportagem no jornal Correio Serrano de Ijuí/RS, quando da discussão nacional sobre voto feminino (05/1933).

tocar piano, costurar. Elucubrações teóricas eram para os homens. “O homem pensa e a mulher sente”, foi um ditado que correu de boca em boca durante séculos.

As constituições escritas, que são uma invenção da época moderna, demonstraram que a legislação não atingia os homens e as mulheres igualmente como tampouco afetava por igual os homens entre si. A igualdade proposta na Revolução Francesa, que se expandiu por todo o Ocidente, tinha como objetivo dar garantia aos cidadãos frente aos poderes absolutos e excessivos dos monarcas e dos Estados, acabar com os privilégios de herança, marca da nobreza absolutista. Em nenhum momento a igualdade significou igualdade para todos.

Quando o baiano Domingos Borges de Barros⁴, deputado brasileiro nas Cortes Constituintes de Lisboa, em 22 de abril de 1822, propôs o direito de voto a uma viúva, mãe de 5 filhos, o deputado liberal português, Borges Carneiro, na tentativa de encerrar a discussão sem colocar o projeto em votação, sentenciou: “Eu sou do parecer que esta indicação não deve admitir-se a discussões. Trata-se do exercício de um direito político e delles são as mulheres incapazes. Ellas não tem voz nas sociedades públicas: *mulier in ecclesia taceat*, diz o Apostolo”⁵.

Muito tempo tiveram de esperar as mulheres, para, através de muitas lutas, conquistar sua cidadania política. A ideia de que era mais fácil libertar os negros escravos que as mulheres, era corrente após a Constituição de 1891. E todos sabemos a ferrenha luta que foi travada para acabar com a vergonha brasileira que era a escravidão. Somente em 1932, através do Código Eleitoral, que tentava disciplinar e modernizar o país após a Revolução de 1930, incorporando novas camadas populares ao voto agora secreto, foi dado à mulher o direito de enquadrar-se no preceito de que “todos os cidadãos são iguais perante a lei”. A justificativa no Código Eleitoral, da admissão das mulheres, desconhece a luta travada durante mais de cem anos e considera a “doação” da cidadania política feminina como indispensável para que o Brasil se transformasse em um país moderno, já que os países de primeiro mundo, modernos e avançados já haviam concedido esse direito.

Apesar de na vida política serem consideradas cidadãs através da Constituição de 1934, as mulheres brasileiras na vida privada eram menores perpétuas, sob o poder do marido ao qual deviam obediência, através do Código Civil de 1917. Se o estado de casada oferecia *status* a uma mulher, que não era considerada socialmente se fosse solteira, o casamento reduzia sua capacidade e personali-

⁴ Domingos Borges de Barros figura na história das mulheres como um dos precursores mundiais na defesa do voto feminino. Infelizmente a historiografia brasileira pouco fala da proposição do deputado brasileiro, democrata que não havia entendido que, quando os constituintes defendiam que o povo devia ser chamado para as eleições, estavam a defender não o povo todo, mas uma parcela somente.

⁵ O deputado luso recorre a São Paulo, “Na Igreja a mulher cala-se”, para desqualificar a proposta de Borges de Barros, lembrando a todos que o lugar da mulher não é na política. São Paulo, um dos maiores misóginos da Igreja Católica, foi um dos responsáveis pela discriminação da mulher através dos tempos, frequentemente utilizado pelos que negavam o acesso da mulher à categoria de cidadã.

de jurídica. Como explicar essa contradição de uma moça, maior, capaz, ser excluída da vida jurídica e colocada entre os loucos e os menores quando se juntava ao rol das casadas? A supremacia marital, que é justificada pela inferioridade física das mulheres, só existe nas mulheres casadas. O temor do desmantelamento do lar e da família é o argumento recorrente dos defensores da conservação da ordem patriarcal.

O Código de Napoleão Bonaparte, de 1804, que influenciou a condição legal feminina em todo o Ocidente e também no Brasil, deu corpo à ideia segundo a qual a mulher é propriedade do homem, tendo como única tarefa gerar filhos. Esse código, encarnação da modernidade jurídica, consagrou uma profunda desigualdade entre marido e mulher, dando àquele os direitos e a esta as obrigações. Selou por um século e meio a subordinação privada das mulheres e legitimou o princípio de sua incapacidade civil. No caso brasileiro, foi necessário esperar o ano de 1962, com a edição do *Estatuto da mulher casada*, para que a de permanente do historiador. A historiadora Margareth Rago atenta em observar os diversos rostos da História, nos pergunta:

Afinal, o que faz o historiador? Para que e para quem busca o acontecido? A partir de que instrumentos, teorias, valores e concepções recorta seus temas, seleciona seu material documental e produz sua rescrita do passado? E, aliás, de que passado se trata? Dos ricos e dos pobres? Dos brancos e dos negros? Das mulheres e dos homens especificamente considerados? Das crianças e dos adultos? Ou do de uma figura imaginária construída à imagem do branco europeu, pensado como ocidental? (2007, p. 12)

Se a História é um reflexo das discriminações, desigualdades e preconceitos instalados na sociedade poderá também ser um espaço de mudanças. Aas relações de poder que atravessam a historiografia e os currículos de História vão continuar existindo, com certeza. Mas se nos acostumarmos a olhar o texto histórico como uma verdade estabelecida num certo contexto e não como uma verdade absoluta e sempre dada.

O trabalho de Foucault nos ajuda a compreender como determinadas verdades são instituídas em campo do saber e como isso dificulta uma outra forma de olhar o passado. O fato histórico escolhido depende do olhar do próprio historiador e do tipo de história que gostaria de fazer. Que práticas discursivas e não discursivas fizeram esta ou outra questão emergir e a constituir como objeto para o pensamento.

Como foi possível que tal objeto viesse à tona, como foi possível acreditarmos como ahistórico ou natural algo que foi urdido nos embates da História? Trabalhar com a história das mulheres exige que nós a entendamos como uma bem arquitetada invenção. As mulheres, assim como os homens, são simplesmente um efeito de práticas discursivas e não discursivas como no ensina Michel Foucault. Portanto, reconhecer os discursos e as práticas que nomearam as mulheres ou as silenciaram no campo da história é uma tarefa primeira.

Concluindo

O que é diferente não pode jamais ser igual. Por isso, o direito à diferença não se alcança senão pela conquista da igualdade. A marginalização secular das mulheres que comportou a sua exclusão da história, traduziu-se na invisibilidade do feminino. O político inglês Stuart Mill dizia, em 1869, que a sujeição das mulheres tem sido tão universal quanto a diferença entre os sexos. Incluir as mulheres no processo histórico e conseqüentemente nos currículos de História, não significa, unicamente, apesar de sua importância, incluir a metade da humanidade, senão que é um ato que afeta a humanidade em seu conjunto.

Os historiadores fizeram a historiografia do silêncio. A História transformou-se em relato que esqueceu as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora do tempo, fora do acontecimento. Mas elas não estão sozinhas nesse silêncio profundo. Elas estão acompanhadas de todos aqueles que foram marginalizados pela história como os negros, os índios, os velhos, os homossexuais, as crianças, etc. Portanto, escrever a história das mulheres é libertar a história. Libertar a história das amarras das metanarrativas modernas, falocêntricas.

Se historicamente o feminino é entendido como subalterno e analisado fora da história, porque sua presença não é registrada, libertar a história é falar de homens e mulheres numa relação igualitária. Falar de mulheres não é somente relatar os fatos em que estiveram presente, mas reconhecer o processo histórico de exclusão de sujeitos. Desconstruir a história da história feminina para reconstruí-la em bases mais reais e igualitárias.

A História das mulheres, ao colocar no centro a questão das relações entre os sexos, revisita um conjunto de problemas tão caros à historiografia - o poder, as representações, as imagens e o real, o social e o político, o pensamento simbólico, enfim a marginalização, o esquecimento de sujeitos na história do ocidente. A dificuldade de sua história deve-se inicialmente ao apagamento de seus traços, tanto públicos quanto privados. A falta de informações contrasta com a abundância dos discursos e das imagens (musas e deusas)⁶. Fazer a história das mulheres é chocar-se contra este bloco de representações que as cobre.

É o olhar que faz a história porque ela somente responde as perguntas que nós formulamos.

⁶ O caso mais emblemático é o da história francesa. Olympe de Gouges, acusada de trair a natureza de seu sexo, querer ser homem ao escrever a Declaração dos Direitos da Cidadã, foi guilhotinada pelas mesmas mãos que instituíram Marianne como deusa da Liberdade, Igualdade, Fraternidade.

Referências

- ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: Edusc, 2007.
- COLLING, Ana Maria. Relações de poder e gênero. In: *Las competencias profesionales para La enseñanza-aprendizaje de las Ciencias Sociales ante el reto europeo y la globalización*. Bilbao: Asociación Universitaria de Profesores de Didáctica de las Ciencias Sociales, 2007.
- _____. Gênero e história. Um diálogo possível: In: *Contexto & Educação*. Ijuí: UNIJUI, 2004.
- _____. Os Buracos Negros da História (Ou da Invisibilidade do feminino). In: *Espaços da Escola*, Ijuí, UNIJUI, 2000.
- _____. A construção histórica do masculino e do feminino. In: *Gênero e Cultura*. Questões contemporâneas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir. A história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- _____. *História da Sexualidade. A vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HÄHNLER, June E. *A Mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- HALL, Stuart. *Identidades Culturais na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro, DP & A Editora, 1997.
- JENKINS, Keith. *A História Repensada*. São Paulo: Contexto, 2007.
- PATEMAN, Carole. *O Contrato Sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- _____. Críticas feministas a la dicotomia público/privado. In: *Perspectivas em teoria política*. Barcelona: Paidós, 1996.
- PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero na pesquisa histórica. In: *Revista catari-nense de História*. Florianópolis, n. 2, 1994.
- PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. São Paulo: Unesp, 1998.
- _____. *As Mulheres e os silêncios da História*. Bauru, EDUSC, 2005.
- RAGO, Margareth. A história repensada como ousadia. In: *A História repensada*. São Paulo: Contexto, 2007.
- REVEL, Judith. *Foucault*. Conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.
- ROQUETE, J. I. *Código do Bom-Tom*. Ou Regras da civilidade de bem viver no século XIX. Organização de Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- SILVA, Tomaz Tadeu. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte, Autêntica, 1999.
- _____. *Teoria cultural e educação*. Um vocabulário crítico. Belo Horizonte, Autêntica, 2000.
- _____. *O Currículo como fetiche*. A poética e a política do texto curricular.
- VELOSO, Carlos. *A mulher na construção do Brasil*. Do descobrimento à independência. Coimbra: Minerva, 1996.

WOOLF, Virginia. *Profissões para Mulheres*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

Recebido em: 22/08/2010

Aprovado em: 10/12/2010